



Correspondência Eletrônica ANACEU 269/2010

NOTÍCIA I



Apoia este evento
Desconto especial de 10% para os seus clientes.
Para usufruir deste desconto informe o código "306-ANACEU"
na Ficha de Inscrição – campo Nome Participante

**30 de julho
de 2010**
São Paulo - SP

SEMINÁRIO

COMO PREVENIR E EVITAR FRAUDES EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO

■ BENEFÍCIOS EM PARTICIPAR DESTA EVENTO

- Conhecerá as boas práticas para evitar fraudes;
- Saberá como mapear e reconhecer alguns tipos de fraudes;
- Terá indicações das áreas vulneráveis para ocorrência de fraudes;
- Saberá os caminhos a serem seguidos após a ocorrência de uma fraude.

■ PROGRAMA 8h30 às 16h15

- Como reduzir a fraude no mundo corporativo
- A importância dos controles internos na prevenção de fraudes e desfalques
- Auditoria como ferramenta de controle e prevenção de riscos com fraudes empresariais
- Ações a serem tomadas após a descoberta de uma fraude

■ PARTICIPE TAMBÉM DO WORKSHOP 16h30 às 18h30

RISCO ELETRÔNICO – COMO AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PODEM SE PREVENIR

- Perigos nos meios digitais;
- Fraudes externas;
- Fraudes internas;
- Responsabilidade jurídica da Instituição;
- Dano à imagem da escola;
- Segurança da informação no ambiente administrativo e educacional.

INFORMAÇÕES
www.humus.com.br
(11) 5535-1397

Apoio

Realização

CTAA - Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação

Integrantes

<http://www.inep.gov.br/superior/ctaa/integrantes.htm>

I - Representantes do Ministério da Educação

Maria Neusa de Lima Pereira - Secretaria de Educação Superior

Marcelo Machado Feres - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

Hélio Chaves Filho - Secretaria de Educação a Distância (SEED)

Nadja Maria Valverde Viana - Presidente Conaes

Robert Evan Verhine - Conaes

II - Representante da CAPES:

Adalberto Grassi Carvalho - Representante da Fundação e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

III - Representantes do Inep:

Joaquim José Soares Neto - Presidente do Inep

Claudia Maffini Griboski - Diretora DAES

IV - Representante das áreas:

a) Ciências Humanas:

Marília Costa Morosini - PUCRS

Silke Weber - Universidade Federal de Pernambuco

b) Ciências Exatas e da Terra:

Maria Inês Martins - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Paulo Henrique Alves Guimarães - Universidade Católica de Brasília

c) Engenharias e Computação:

Letícia Soares de Vasconcelos Sampaio Suñé - Universidade Federal da Bahia

Vanderli Favas de Oliveira - Universidade Federal de Juiz de Fora

d) Ciências da Saúde:

Rosana Fiorini Puccini - Universidade Federal de São Paulo

Flávia Regina Souza Ramos - Universidade Federal de Santa Catarina

e) Ciências Sociais Aplicadas:

Leila Chalub Martins - UnB

Ana Paula Gonçalves Pereira de Barcellos - UERJ

f) Ciências Agrárias:

Joaquim Gonçalves Machado Neto - UNESP

Francisco Fernando Ramos de Carvalho - UFRPE

g) Ciências Biológicas:

Fernando de Sá Del Fiol - UNISO

h) Letras, Lingüística e Artes:

Jane Fraga Tutikian - UFRGS

Jacqueline Peixoto Barbosa - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Composição

<http://www.inep.gov.br/superior/ctaa/composicao.htm>

A CTAA é órgão colegiado assim composto:

- três representantes do Inep, sendo um deles necessariamente o presidente;
- um representante da Capes;
- dois representantes da Conaes;
- um representante da Secretaria de Educação Superior - SESu;
- um representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC;
- um representante da Secretaria de Educação a Distância SEED, e
- dezesseis docentes oriundos das diferentes áreas do conhecimento e com notória competência científico-acadêmica e reconhecida experiência em avaliação ou gestão da educação superior.

Os membros da CTAA são indicados por suas respectivas secretarias e nomeados pelo ministro de Estado da Educação, exceto os dezesseis docentes, que são nomeados pelo ministro e têm mandato de três anos, admitida uma recondução. Quanto da constituição da Comissão Técnica de Acompanhamento de Avaliação, oito dos membros (docentes com notórios saber e competência científico-acadêmica) tiveram mandato de dois anos.

As reuniões da CTAA acontecerão uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu presidente. Os membros da comissão, enquanto estiverem no exercício de suas funções, não poderão participar das comissões de avaliação in loco para avaliar instituições de ensino superior ou de cursos de graduação.

NOTÍCIA III

Universidade de São Paulo
Sala de Imprensa
Blog da Reitoria - 02/07/2010
<http://www.usp.br/imprensa/?p=2233>

Doutores demais e profissionais de menos

Está disponível interessante estudo realizado pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) por encomenda do Ministério da Ciência e Tecnologia, Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Trata-se de abrangente diagnóstico sobre o desempenho da pós-graduação do País nos últimos anos, com ênfase na formação de doutores. Por ele ficamos sabendo que o sistema nacional liderado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) teve um desempenho formidável nos últimos 15 anos, com destaque para o período 1996-2008, em que foram titulados 87 mil doutores, na taxa média de 12% de crescimento anual. Esses resultados têm sido muito comemorados pelo governo federal e pelas universidades e os autores do estudo refletem essa onda de otimismo. Afinal, nas suas palavras, doutores “são profissionais com capacidade para realizar pesquisa e desenvolvimento (P&D) original” e, por isso, defendem a tese de que para alcançarmos o padrão dos países desenvolvidos deveríamos multiplicar por pelo menos 4,5 vezes a sua proporção em relação à população total.

Mas nem tudo são flores nessa área e temos sérios problemas nas relações da pós-graduação com o mercado de trabalho do País. O estudo aponta com precisão o que muitos de nós intuíamos, isto é, que de cada dez doutores formados no período 1996-2006 e empregados em 2008, oito estão trabalhando em educação (principalmente nas universidades públicas), um na administração pública e um nas empresas privadas. Aí está o amargo reverso da moeda, em que virtudes podem tornar-se pecados. É evidente que implantamos um sistema eficiente para produzir doutores, mas ele tem o grave defeito de ser excessivamente acadêmico e autocentrado e, portanto, descolado do mercado de trabalho e da economia real do País.

Os dirigentes do Ministério da Educação (MEC) e da Capes podem argumentar, com razão, que o papel da agência criada para promover o “aperfeiçoamento de pessoal de ensino superior” tem sido cumprido. E as universidades (principalmente as públicas), com os seus atuais 2.718 programas de pós-graduação, apontarão para a comprovada correlação dessa atividade (e a atuação dos seus doutores) com o aumento da produção científica. Afinal, esses docentes pesquisam, publicam papers e ainda podem formar mestres e doutores, e por isso elas definiram essa titulação como pré-requisito para o ingresso de docentes em seus concursos públicos.

Há os que se preocupam com o futuro desse sistema e recomendam que na elaboração do próximo Plano Nacional de Pós-Graduação seja também contemplada a formação de recursos humanos para o mercado de trabalho “extra-acadêmico”. Lembro, entretanto, que essa diretriz consta do atual plano quinquenal e que se

avançou pouquíssimo nesse terreno. Indicador positivo seria o crescimento de 0,95% para 1,98%, no período, do número de doutores empregados na indústria de transformação. Mas sejamos razoáveis. Além de irrisório, esse desempenho é implacavelmente ofuscado por outro: o contingente de doutores na administração pública passou de 8.5% para 14%, reflexo da expansão do setor público nos últimos anos.

Mantidas as características desse sistema, é certo que teremos problemas para absorver as novas safras de jovens doutores que as universidades continuarão a produzir em ritmo crescente. Como os seus maiores empregadores no País até o momento, as universidades federais tiveram enorme expansão no atual governo, em que dobraram a oferta de vagas em seus cursos de graduação e ampliaram muito as suas atividades de pós-graduação. Mas há sinais de esgotamento no ensino superior do País – como as sobras de vagas – e é certo que esse ritmo de expansão não será mantido, assim como o das despesas com pessoal na administração pública. Por outro lado, cerca de 40% dos recém-doutores formados nos dois últimos anos ainda não estão empregados e esse pode ser o sinal amarelo que nos alerta para esse início de reversão.

Resta o mercado de trabalho das empresas privadas, mas esse é um terreno pouco conhecido, praticamente inexplorado e por vezes hostilizado pelo universo acadêmico. Sobre o tema dos recursos humanos qualificados, sabemos, por exemplo, que os empresários se queixam muito de que o País carece de engenheiros. Outro indicador do comportamento das empresas é que mesmo em atividades de pesquisa tem sido escasso o seu interesse na contratação de doutores com perfil acadêmico e vocação para cientista e por isso estes são minoria mesmo em grandes centros de P&D, como o Cenpes da Petrobrás e o CTC da indústria sucroalcooleira.

Especialistas asseguram que hoje em dia grandes empresas preferem recrutar estagiários ou jovens recém-formados que, após rigorosa seleção e na condição de trainees, receberão formação e treinamento complementares. Ao lado da qualificação técnica dos novos profissionais, elas investem na transmissão de valores da cultura empresarial e, nos últimos tempos, dão grande ênfase à gestão de negócios para todo o universo dos seus recursos humanos. Daí por que tendem a valorizar mais certificados de MBA obtidos em instituições de renome nacional e internacional do que títulos acadêmicos como os de mestre e doutor.

Em suma, o próximo governo e as universidades têm um enorme desafio pela frente e é preciso que levem em conta os muitos sinais de mudanças no País e as novas demandas por educação superior. Afinal, vitoriosos na produção de doutores de alto nível, por que não aplicarmos essa receita de sucesso para formar os profissionais de que carece esse novo mercado de trabalho?

Wanderley Messias da Costa é professor titular do Departamento de Geografia da USP, é autor de cinco livros e um dos idealizadores do Centro de Biotecnologia da Amazônia

(Artigo publicado na Editoria Espaço Aberto, do jornal O Estado de S. Paulo, em 02/07/10)

Pesquisa indica avanço na qualidade do ensino

Apesar de ter alcançado médias previstas para o ano passado, dados do Ideb mostram que muitos estados ficaram abaixo das metas para os níveis médio e fundamental. Índices do Distrito Federal estão entre os cinco melhores do país

Publicação: 05/07/2010 08:10

<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2010/07/05/brasil,i=200807/PE/SQUISA+INDICA+AVANCO+NA+QUALIDADE+DO+ENSINO.shtml>

O fantasma da queda da qualidade de ensino no Brasil pode até estar ficando para trás, como afirmou na última quinta-feira o ministro da Educação, Fernando Haddad, durante a apresentação dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) referentes a 2009. Mas é preciso cautela antes de se comemorar. Na contramão das taxas nacionais, que alcançaram todas as médias previstas para o ano passado, 11 estados ficaram abaixo das metas estabelecidas para os anos iniciais (1ª a 4ª série) e finais (5ª a 8ª série) do ensino fundamental — 4,2 e 3,7, respectivamente. No ensino médio, o número foi ainda maior: 17 estados não atingiram o nível esperado para o ano passado (3,5). O objetivo é que, em 2022, todas as etapas tenham nota igual a 6 (numa escala de 0 a 10), média equivalente à dos países desenvolvidos.

Com metas bienais fixadas a partir de 2005, o Ideb leva em conta o aprendizado e a taxa de aprovação dos estudantes das redes pública e particular, de acordo com a Prova Brasil, Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Censo Escolar. Distrito Federal, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina se revezam entre os cinco melhores índices das séries iniciais e finais do ensino fundamental, além do ensino médio. Na outra ponta da tabela, quem apresenta os piores desempenhos nessas etapas são Pará, Alagoas, Piauí, Amapá, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte (leia quadro).

No ano passado, o DF manteve a primeira posição na fase de 1ª a 4ª série e ainda conseguiu um aumento de 12% na nota, passando de 5 para 5,6 — mesmo índice atingido pelos mineiros, que cresceram 19%. Entre as turmas de 5ª a 8ª série, a capital federal ficou atrás apenas dos catarinenses e paulistas, com taxa de 4,4 — 10% a mais do que em 2007. E partiu da terceira para a segunda melhor nota do país. As boas notícias param por aí. O DF caiu do primeiro para o quarto lugar no ensino médio. Como se não bastasse, perdeu nota também. Saiu de 4,0 em 2007 para 3,8 em 2009. A distância para o último colocado, Piauí, é de apenas 0,8 ponto.

A explicação do secretário de Educação do DF, Marcelo Aguiar, é simples: sobraram investimentos no ensino fundamental e faltaram no ensino médio nos últimos anos. “Esses dados (do Ideb) têm que servir não só para análise do número frio, mas como uma bússola para dar o norte às ações do futuro. Olhando agora, vemos que serão necessários e urgentes grandes investimentos no ensino médio, além da continuidade de ações do ensino fundamental para mantermos o primeiro lugar”, avalia.

A diretora da Escola Classe 2 do Guar, Eliana Alves de Souza, defende que o primeiro passo  investir nas crianças para que elas consigam vencer os desafios. “Há todo um trabalho com material lúdico para que criança desenvolva o mais rápido possível a aprendizagem”, observa.

Esse cuidado foi recompensado em 2007, quando a escola alcançou bons resultados no Ideb, conquistou o segundo lugar na rede pública do Guar e ainda ganhou mais verbas do GDF, que serviram para compra de material pedagógico e reforma do espaço.

Serão necessários e urgentes grandes investimentos no ensino médio, além da continuidade de ações do ensino fundamental para mantermos o primeiro lugar” Marcelo Aguiar, secretário de Educação do DF.

Desaceleração da aprendizagem

Segundo a secretria de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria Pilar, a articulação com estados e municípios foi fundamental para a alteração positiva nos índices do Ideb. Na avaliação do governo, isso ajudou a reforçar o corpo técnico das instituições de ensino que muitas vezes sentem as transformações quando há troca de gestores. “Com isso, as equipes técnicas ganham força e independem menos das mudanças”, afirma a secretria.

Além disso, a secretria atribui a melhoria dos índices  diminuição na reprovação e a melhoria do aprendizado nas séries iniciais. “Não podemos avaliar que tudo está  mil maravilhas, mas o Estado aponta uma melhora consistente”, diz ela. Maria Pilar também evita fazer comparações dos índices entre estados, alegando que as características regionais são distintas. “Como gestora não posso comparar o incomparável. Ou seja, é como comparar fotos de várias crianças de diversos países, que são diferentes”, ressalta a secretria. Segundo ela, o que há para analisar são as conjunturas estaduais.

Atribuir ao Ideb a confirmação ou não da qualidade de ensino é algo que deve ser visto com cuidado, na avaliação de Mozart Neves Ramos, presidente-executivo do movimento Todos pela Educação. Ele destaca que as diferenças de realidade podem ser percebidas de escola para escola e alerta que são observados índices muito díspares entre municípios e unidades da federação.

Mozart faz uma comparação com a Finlândia, onde as mesmas oportunidades educacionais são oferecidas a pequenas e grandes cidades. “No Brasil, temos uma fotografia transversal importante. Colocou-se a cultura de metas para incentivar os gestores públicos, mas, ao especificar o conceito de qualidade, deixamos de ver o mosaico como um todo”, pondera o especialista, ao lembrar que o Ideb reflete a não equidade das escolas e municípios. Para ele, devem ser analisados aspectos socioeconmicos e de investimento por aluno.

Minas Gerais e DF aparecem empatados com nota 5,6 nas séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, o custo por aluno mineiro chega a ser duas vezes menor do que o do brasileiro. “Quando se analisa a questão socioeconômica e financeira, ou Minas faz muito com pouco ou o DF poderia fazer mais”, avalia Mozart. No que diz respeito a taxas, o representante do Todos pela Educação salienta que o esforço para alcançar o índice 6 é muito maior para quem está mais próximo dele.

“É muito mais simples passar de 4 para 4,4 do que de 5,6 para 6.” Quanto à queda de nota na capital do país entre alunos de ensino médio, Mozart explica que o fenômeno reflete uma forte desaceleração da aprendizagem das séries iniciais para o fim da educação básica, algo preocupante. O DF ficou 1 ponto aquém da meta nacional, que era de 4,6. “A criança tem uma escola de qualidade no começo e, à medida que vai progredindo, perde o ritmo. Você analisa o Piauí, com tantas dificuldades e escassez de professores. Não se justifica uma diferença somente de 0,8 entre o último colocado e o DF.” Para o especialista, é necessário rever a política local para o ensino médio, a gestão escolar e a proposta pedagógica desta etapa de formação.